Palavras de Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional
por ocasião do 8.º Aniversário da
Restauração da Independência Nacional
Díli, 20 de maio de 2010

Exmo. Senhor Presidente da República,
Exmo. Senhor Primeiro-Ministro,
Exma. Senhora Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas,
Exmos. Senhores Membros do Governo,
Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Recurso,
Exma. Senhora Procuradora-Geral,
Exmo. Senhor Provedor de Justiça,
Exmo. Senhor Comandante-Geral da PNTL,
Exmo. Senhor Comissário da Comissão Anticorrupção,
Exmo. Senhor Presidente da Comissão da Função Pública,
Reverendíssimo Bispo da Diocese de Díli,
Ilustres Membros do Corpo Diplomático,
Minhas Senhores e Meus Senhores,

As palavras são insuficientes para exprimir o profundo sentimento de orgulho e alegria por podermos celebrar a data de hoje, conscientes da imensa responsabilidade que nos cabe, mas confiantes no devir coletivo da Nação.
Há oito anos, a Assembleia Constituinte votou a sua transformação no primeiro Parlamento da República Democrática de Timor-Leste. Este acto significou o estabelecimento de um parlamento pela primeira vez na nossa história.
Mas significou mais do que isso. Afirmou a nossa vontade coletiva em conduzir o nosso recém-independente País, o Estado que acabáramos de recuperar, pelo árduo caminho da Democracia.
Timor-Leste soube, assim, escolher a sua própria via, assumindo um modelo político distinto, que o diferencia no contexto regional em que nos inserimos. Declarámos, para o mundo ouvir, que o nosso jovem País estaria à altura do nome que lhe demos, República Democrática.
Por isso, quando hoje vos falo enquanto Presidente do Parlamento Nacional, olho para os oitos anos que passaram com admiração e orgulho, mas também com acrescido sentido da responsabilidade.

O simples facto de aqui estarmos, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, eu próprio e tantos outros líderes deste País, é, de certa forma, um pequeno milagre. Há vinte anos, atrevo-me a dizer, nenhum de nós poderia imaginar estar aqui hoje. Talvez possa mesmo dizer que nenhum de nós imaginasse, então, que em breve a história nos encarregaria da tarefa de construir a Nação e, o que é porventura ainda mais difícil, de construir o Estado.

Nem o imaginariam os Comandantes L7, Riak Leman e Renan Selak, hoje Deputados, antes guerrilheiros que conduziam a luta armada com permanente risco da própria vida, ou os que estão agora à frente das Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste, como o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak.

No decurso dos últimos oito anos, o Parlamento tem também afirmado o seu lugar enquanto instituição democrática por excelência. Desde 2007, aprovámos leis que representam um importante passo para estabelecer o quadro jurídico necessário ao desenvolvimento do País, e soubemos agir com resolução perante as crises, pequenas ou grandes, com que nos confrontámos, incluindo os atentados de 2008 contra as vidas do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

Diariamente, sob escrutínio do Povo, perante o olhar do público, por vezes em acesas discussões políticas ou técnicas, nós, parlamentares, fazemos um esforço para construir consensos, conciliar as diferentes posições de pessoas com diferentes pontos de vista, a fim de levar adiante o País.

É claro que há ainda um longo caminho a percorrer, e há porventura quem duvide da via democrática em Timor.

Há talvez quem veja em órgãos constitucionais como o Parlamento um obstáculo dispensável à eficiência do processo decisório. Porventura há quem veja os longos debates e o questionamento que são marca distintiva de todos os parlamentos, como uma perda de tempo, na melhor das hipóteses, ou como um obstáculo incómodo que tem que se suportar se não se puder contornar, no pior dos casos.

Há talvez quem pense que os Deputados ao Parlamento agem, não por força das suas convicções mas movidos apenas pelos seus interesses próprios, e veja o Parlamento como um lugar em que se discute por discutir e se fazem declarações retóricas e não como um fórum onde se debatem ideias novas.

Devo dizer que, de certa forma, me agrada ouvir tais críticas – o criticismo

significa que o Parlamento está a trabalhar para cumprir o mandato que a Constituição lhe atribui, que funciona como a nossa Lei Fundamental quer que funcione, isto é, como um garante do equilíbrio, como órgão fiscalizador, não como obstáculo à tomada de decisão mas contra o desejo de poder ilimitado, onde quer que resida.

Todavia, tal criticismo também me suscita preocupação, porque muitas vezes revela vistas curtas, é sinal de uma visão distorcida sobre o que se deve fazer para construir com êxito a Nação e o Estado no mundo de hoje.

Na verdade, nós poderemos ser um dos mais jovens países a abraçar um projeto coletivo de afirmar a Nação e construir um Estado, mas certamente não somos o primeiro nem o único perante esta tarefa fascinante e exigente a um tempo.

Porventura, um dos nossos maiores desafios está precisamente aí, em saber distinguir como e onde poderemos aprender com a experiência de outros.

Não obstante todo o apoio e conselho que recebemos dos nossos amigos, a responsabilidade última pelas decisões que tomamos é nossa, e apenas nossa.

E aqui temos que nos perguntar: o que devemos aceitar? o que devemos rejeitar? que faz mais sentido para o nosso País? que curso traçar para o nosso futuro? O dia de hoje é ocasião propícia para refletir sobre estas questões.

Permitam-me recordar-lhes que estamos aqui reunidos para celebrar Timor-Leste como País Independente. Estamos aqui para honrar a Constituição que escolhemos democraticamente. E a Constituição traça uma via clara, dá resposta a muitas das questões cruciais para o projeto de construção do Estado e da Nação: define o sistema de governo, o sistema jurídico e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Tudo isto ficou decidido há oito anos, e é também esta mesma decisão democrática do Povo e dos Líderes de Timor-Leste que comemoramos quando celebramos a Restauração da Independência.

Aos que porventura, direta ou indiretamente, ainda ponham em causa esta decisão, temos que abertamente dizer: quem questione os pilares da nossa independência não pode legitimamente ser chamado Amigo de Timor-Leste.

Como Nação e como Estado Soberano, nós decidimos – não na última semana, não no último mês, não no último ano, mas há já quase uma década, há oito anos – o rumo que o Povo Timorense quer que o País siga.

A data de hoje assinala de modo inequívoco aquela decisão, e ninguém se deve

confundir, agindo como se os nossos sistemas político e jurídico fossem ainda matéria em debate.
Ao mesmo tempo, seria igualmente absurdo imaginar que somos os primeiros a estar perante os grandes desafios com que agora nos defrontamos. Não somos os primeiros a lutar e a sentir-nos por vezes frustrados com as exigências de uma democracia fundada na Constituição e na Lei.
Certamente que, em muitos momentos, poderá parecer que andaríamos muito mais depressa, que o ritmo do nosso desenvolvimento seria mais rápido, se ignorássemos os diferentes pontos de vista dos nossos concidadãos e alguém decidisse por todos. Poderá talvez parecer que o ritmo democrático, o ritmo da decisão parlamentar, se traduz num desperdício desnecessário de tempo. Pode mesmo, até, parecer que os princípios democráticos consagrados na nossa Constituição não são adequados à realidade de Timor-Leste e que por isso não se podem aplicar no País.
Mas a História diz outra coisa. Mostra-nos os perigos de ignorar as leis e pôr de lado o Estado de Direito, qualquer que seja o contexto. A História está cheia de exemplos daqueles que proclamavam falar em nome do Povo e todos acabaram a falar em nome de ninguém.
Por difícil que seja, não é possível voltar atrás, a velhos modelos políticos desfasados do tempo atual. Devemos lembrar e honrar o passado, mas temos que olhar para o futuro. O futuro reclama engenho, inovação e criatividade. Mas, mais que tudo, o futuro exige realismo.
Não podemos nunca esquecer a responsabilidade que nos foi confiada pelos milhares de homens e mulheres que nos deram o seu voto. É nosso dever, e dever indeclinável, estar à altura das expectativas do Povo e enfrentar com honestidade e integridade o grande desafio de desenvolver Timor-Leste em liberdade e democracia.

Como líderes de Timor-Leste, foi-nos confiada, por aqueles que nos elegeram, a tarefa de cuidar do País, zelando sempre pelo interesse geral. Somos assim, responsáveis pelo bem comum, pelo bem-estar dos nossos concidadãos, durante um tempo, o tempo que durar o nosso mandato.
Não se deve confundir administração com posse: não possuímos este país, cabe-nos apenas administrá-lo de acordo com as leis, tendo em vista transmitir o que herdámos e o que construirmos às gerações futuras. Somos, pois,

responsáveis por apontar o rumo para o futuro, evitando a visão de curto prazo e a tentação de só olhar para o presente.
O dia da Restauração da Independência de Timor-Leste, talvez mais ainda que qualquer outra data, lembra a vontade inquebrantável do Povo Timorense de ser livre.
Mas a Liberdade traz consigo tanto responsabilidade como recompensas. Embora o contexto possa ser muito diferente, creio que as palavras do Presidente Barack Obama, no dia da sua investidura são um repto dirigido a todos nós: “ Com esperança e virtude, enfrentemos as correntes e suportemos as tempestades que possam vir. Que os nossos filhos e netos possam dizer de nós que perante a adversidade, nos recusámos a pôr fim à jornada, que não virámos costas nem falhámos; e que, com os olhos postos no horizonte e a Graça de Deus, levámos o dom da liberdade às gerações futuras”.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Caros amigos,

Gostaria ainda de, nesta oportunidade, em nome do Povo e do Parlamento, que aqui represento, manifestar a nossa profunda gratidão para com os Amigos que souberam sempre estar com Timor-Leste, e mostraram publicamente, muitas vezes contra o desejo dos seus próprios governantes, a sua solidariedade para com o Povo Maubere.
As Medalhas que hoje lhes atribuímos não podem representar tudo o que sentimos, sentimentos de solidariedade e amizade não se podem medir.
Mas simboliza a nossa gratidão para com quem, entre muitos outros, se comprometeu com a causa do Povo Timorense ou prestou um valioso contributo para a paz e a estabilidade.
A George Junus Aditjindro, um dos primeiros intelectuais indonésios a falar sobre os direitos do nosso Povo, organizando campanhas a favor da independência de Timor-Leste; a Kevin Sherlock Phillip, cuja casa pode ser considerada a biblioteca de Timor; a Rob Wesley-Smith, pelo inestimável apoio que nos prestou a partir de Darwin; a Colin Iles, que se empenhou incansavelmente na causa de Timor-Leste desde 1975 a 1999; a Charles Sheinner, pelo apoio aos ativistas timorenses nos Estados Unidos da América; a Alexandrino Xavier Araújo, ao Reverendo Padre Adriano Ola Duli e ao

Coronel Cornélio Ximenes Maunana Bobar Mate, que prestaram um grande contributo para a estabilidade do País; a Luísa Teotónio Pereira, da Comissão para os Direitos do Povo Maubere; e a Kalle Sysikas, do Comité dos 100,
O nosso reconhecimento e profunda gratidão.
Bem-hajam.

Obrigado.